

**CASA DO ADUBO S.A.**  
CNPJ-MF 28.138.113/0001-77

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	146.769	105.513	157.663
Contas a receber	5	743.590	514.040	836.994
Estoques	6	461.941	334.658	584.356
Tributos a recuperar	7	15.902	11.976	20.877
Imposto sobre a renda e Contribuição Social a recuperar	7	6.471	729	7.947
Partes relacionadas - Conta corrente	9	45.006	-	1.060
Outros ativos Circulantes	8	14.471	81.871	16.080
		<b>1.434.150</b>	<b>1.048.787</b>	<b>1.623.916</b>
		<b>1.048.787</b>	<b>1.623.916</b>	<b>1.196.315</b>
<b>Não Circulante</b>				
Tributos a recuperar	7	8.941	9.091	8.941
Tributos diferido	7	12.187	-	12.836
Outros ativos não circulantes	8	7.616	6.028	7.732
Investimentos	10	64.399	44.644	761
Imobilizado	11	99.513	78.755	106.131
Intangível		537	531	537
		<b>193.193</b>	<b>139.049</b>	<b>136.938</b>
		<b>1.627.343</b>	<b>1.187.836</b>	<b>1.760.854</b>
		<b>1.187.836</b>	<b>1.760.854</b>	<b>1.296.783</b>
<b>Total do ativo</b>				
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	12	682.648	649.937	805.472
Instrumentos financeiros derivativos	26	11.155	-	11.155
Empréstimos e Financiamentos	13	348.513	86.749	348.513
Arrendamento a pagar	14	7.319	3.956	7.852
Tributos a recolher	15	4.257	7.608	4.788
Salários e encargos a pagar	16	11.629	9.464	14.232
Outros passivos Circulantes	17	31.445	19.507	35.557
		<b>1.096.966</b>	<b>777.221</b>	<b>1.227.569</b>
		<b>777.221</b>	<b>1.227.569</b>	<b>883.133</b>
<b>Não Circulante</b>				
Empréstimos e Financiamentos	13	170.446	113.401	170.446
Arrendamento a pagar	14	43.276	38.723	46.177
Tributos a recolher	15	1.672	1.141	1.679
		<b>215.394</b>	<b>153.265</b>	<b>218.302</b>
		<b>153.265</b>	<b>218.302</b>	<b>156.299</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	18	25.781	5.681	25.781
Reserva de capital	18	107.814	108.483	107.814
Reserva Legal	18	637	637	637
Reserva de Incentivos Fiscais	18	18.908	18.908	18.908
Reserva de lucros	18	161.842	123.641	161.842
		<b>314.982</b>	<b>257.352</b>	<b>314.982</b>
		<b>1.627.343</b>	<b>1.187.836</b>	<b>1.760.854</b>
		<b>1.187.836</b>	<b>1.760.854</b>	<b>1.296.783</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Reculta líquida das vendas	20	1.804.182	1.191.936	2.104.895
Custo das mercadorias vendidas	21	(1.453.220)	(917.293)	(1.681.538)
<b>Lucro bruto</b>		<b>350.962</b>	<b>274.643</b>	<b>423.357</b>
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>				
Despesas com vendas	22	(159.059)	(103.840)	(189.726)
Despesas administrativas	22	(88.843)	(42.666)	(102.500)
Perda por redução do valor recuperável	22	(28.380)	-	(29.917)
Outras receitas (despesas) operacionais	23	10.753	5.496	12.149
Resultado da equivalência patrimonial	10	17.142	17.660	-
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>102.575</b>	<b>151.293</b>	<b>113.363</b>
Receitas financeiras	24	68.952	22.098	74.635
Despesas financeiras	24	(99.065)	(25.678)	(109.098)
<b>Lucro antes dos impostos sobre renda</b>		<b>77.462</b>	<b>147.713</b>	<b>78.900</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	25	(17.310)	(30.982)	(24.397)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	25	12.187	-	12.836
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>67.339</b>	<b>116.731</b>	<b>67.339</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício		67.339	116.731	67.339
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício		<b>67.339</b>	<b>116.731</b>	<b>67.339</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	18	67.339	116.731	67.339
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	25	5.123	-	11.561
Resultado de opções	19	(669)	-	(669)
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	(17.142)	(17.660)	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	22	28.380	5.333	29.917
Depreciação e amortização	22	10.852	5.961	11.745
Juros sobre empréstimos	13	59.550	12.062	60.180
Juros sobre arrendamento	14	3.363	-	3.482
Baixas líquidas do imobilizado e intangíveis		76	238	78
		<b>156.672</b>	<b>122.665</b>	<b>183.633</b>
		<b>122.665</b>	<b>183.633</b>	<b>140.976</b>
<b>Variação nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber	5	(257.932)	(281.849)	(283.296)
Estoques	6	(127.283)	(148.380)	(185.540)
Tributos a recuperar	7	(5.531)	(6.869)	(4.750)
Outros ativos circulantes	8	22.394	(76.515)	66.414
Outros ativos não circulantes	8	(1.588)	(1.591)	(1.689)
Fornecedores	12	32.711	360.651	56.386
Tributos a recolher	15	(2.819)	310	(4.499)
Salários e encargos a pagar	16	2.165	2.449	2.579
Arrendamento a pagar	14	-	(967)	(326)
Outros passivos circulantes	17	12.135	11.281	14.349
Impostos de renda e contribuição social pagos		-	5.006	6.793
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(169.076)</b>	<b>(13.809)</b>	<b>(156.413)</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(21.297)	-	(31.316)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos - terceiros	13	(37.278)	-	(38.109)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		<b>(227.651)</b>	<b>(13.809)</b>	<b>(225.838)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de participação societária		(2.613)	(75)	(201)
Aquisições de imobilizado e intangível		(18.925)	(14.881)	(20.422)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(21.538)</b>	<b>(14.956)</b>	<b>(20.623)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Empréstimos e Financiamentos - Captações	13	467.073	126.184	495.413
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	13	(159.377)	(64.006)	(187.717)
Arrendamento a pagar	14	(8.213)	-	(8.923)
Lucro distribuído	18	(29.138)	-	(29.138)
Aumento de Capital, Ágio na Subscrição de Ações e Opções	18	20.100	669	20.100
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>		<b>290.445</b>	<b>62.847</b>	<b>289.735</b>
<b>Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>41.256</b>	<b>34.082</b>	<b>43.274</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		105.513	71.432	114.389
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<b>146.769</b>	<b>105.513</b>	<b>157.663</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>41.256</b>	<b>34.082</b>	<b>43.274</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

**1. Contexto operacional**

A Casa do Adubo S.A foi constituída em 16 de outubro de 1937, na forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo - JUCEES, transformada em sociedade anônima de capital fechado em 01 de junho de 2016, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. A Companhia explora as atividades de comercialização de produtos para agricultura e pecuária, produtos químicos, agrícolas e industriais, produtos veterinários, representações comerciais de produtos e serviços destinados à agropecuária em geral e outros. Ao longo de 2022 a Companhia inaugurou as lojas de Ariquezes/RO, Paragominas/PA, Mogi Mirim/SP, Pila do Sul/SP, Franca/SP, Capão Bonito/SP e Vargem Grande do Sul/SP. A Companhia está presente em onze Estados do Brasil com sua matriz localizada na cidade de Vitória/ES e mais 39 filiais que estão distribuídas nas cidades de Cariacica/ES (com duas filiais), Linhares/ES, Serra/ES, Venda Nova do Imigrante/ES, Curitiba/MT, Sinop/MT, Confresa/MT, Barra do Garças/MT, Rio de Janeiro/RJ, Nova Friburgo/RJ, Teixeira de Freitas/BA, Manhuaçu/MG, Contagem/MG, Coimbra/MG, Governador Valadares/MG, Montes Claros/MG, Barbacena/MG, Varginha/MG, Passos/MG, Pouso Alegre/MG, Patrocínio/MG, São Gotardo/MG, Uberlândia/MG, Sete Lagoas/MG, Ji-Paraná/RO, Cerejeiras/RO, Ariquezes/RO, Rio Branco/AC, Marabá/PA, Redenção/PA, Paragominas/PA, Imperatriz/MA, Pila do Sul/SP, Araguaína/TO, Mogi Mirim/SP, Pila do Sul/SP, Franca/SP, Capão Bonito/SP e Vargem Grande do Sul/SP. Em 1 de outubro de 2022, a Entidade foi adquirida pelo Grupo Nutrien, passando a partir dessa data a utilizar a estrutura corporativa, bem como adotar políticas, procedimentos e padrões de segurança definidos pelo Grupo.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

**2.1 Base de preparação**  
As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com a utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de maio de 2023.

**(a) Bases de consolidação**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis como resultado do seu envolvimento com a investida e quando os retornos do investidor decorrentes de seu envolvimento têm o potencial de variar conforme o resultado do desempenho da investida. As seguintes práticas contábeis foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

**a.1 Controlada**

A Companhia consolida uma investida quando detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento nos exercícios apresentados.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes:

- As transações significativas realizadas entre as companhias do Grupo são eliminadas;
- Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as companhias do Grupo são eliminados.
- Transações, saldos e ganhos não realizados em operações entre a Companhia e Controlada são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido

A Controlada é uma Sociedade Limitada, situada na cidade de Serra/ES, fundada em 10 de novembro de 1981 e tem por objeto social o comércio atacadista de produtos para agricultura e pecuária, produtos químicos, agrícolas e industriais, produtos veterinários, equipamentos para piscinas, saunas e hidromassagens. A Controlada tem o mesmo exercício fiscal e possui as mesmas políticas contábeis da Controladora. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de sua Controlada, as quais foram consolidadas.

**Controlada direta:**

Casal Comércio e Serviços Ltda.	Percentual de participação	
	2022	2021
	100%	99,99%

**(b) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

**(c) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**(d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as estimativas e premissas realizadas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Empresa.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - Nota 5;
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, revisão pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável - Nota 11
- Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas, reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - Nota 27;

**2.2. Práticas contábeis**

**a) Reconhecimento de receita**

De acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida quando o cliente obtém controle dos bens e serviços. Determinar o momento da transferência do controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A receita é reconhecida no momento em que a Empresa satisfaz sua obrigação de performance ao transferir o produto prometido ao cliente de acordo com as negociações.

A receita é apresentada líquida dos impostos (Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS") e outros), das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

**b) Transações em moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**(i) Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

**Mensuração**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) ao valor justo por meio do resultado.

A reclassificação entre as classes acontece quando ocorre mudança no modelo de negócios da gestão dos ativos e passivos financeiros. Neste caso todos os instrumentos correlatos à mudança são reclassificados no momento da alteração.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) objetivo seja de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: (i) objetivo seja tanto de recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais gerem, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

**Avaliação do modelo de negócio**

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento das políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e

reportado à Administração da Empresa; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os executivos do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao

o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado (antes dos impostos) decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil.

Independente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados quanto à recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado.

**(xiv) Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

A Empresa apresenta, quando aplicável, ativos e passivos a valor presente, de acordo com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

No cálculo do ajuste a valor presente a Empresa considera as seguintes premissas: (i) o montante a ser descontado; (ii) as datas de realização e liquidação e (iii) a taxa de desconto.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas correspondentes rubricas, sujeitas à aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "Receita operacional líquida".

A Empresa entende que o valor acrescido no preço de venda (receita financeira) para as vendas com vencimento de médio prazo parte do negócio onde a Empresa está inserida, e deverá ser registrado no grupo de receita operacional, conforme parágrafo 23 do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, pois faz parte do negócio da Empresa vender com vencimento a médio prazo, dessa forma, o valor acrescido no preço de venda (receita financeira) está sendo apresentado na rubrica "Receita operacional líquida".

O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber" e sua realização é registrada na rubrica "Receita operacional líquida", pela fruição do prazo.

**(xv) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e, (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

**(xvi) Benefícios a empregados**

(i) Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

A Empresa possui o benefício de previdência complementar composto por um plano de contribuição definida. Esses planos são custeados por uma contribuição básica dos participantes e uma contribuição pela patrocinadora, a qual corresponde a um percentual de 150% da contribuição básica dos participantes. As contribuições são provisionadas e reconhecidas no resultado como despesas.

**(xvii) Imposto sobre a renda e contribuição social**

As receitas (despesas) de imposto sobre a renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto sobre a renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Empresa atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto sobre a renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, com acréscimo de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Ou seja, de forma composta, a Empresa está sujeita a uma alíquota teórica de impostos sobre renda equivalente a 34%.

Imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em países diferentes, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente.

As antecipações ou valores correntes, passíveis de compensação, são demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**(xviii) Capital social e remuneração aos quotistas**

O capital social está representado por quotas totalmente subscritas e integralizadas. A remuneração dos sócios é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos no contrato social da Empresa e nas leis vigentes.

**2.3. Novas normas ou alterações para 2022 e futuros requerimentos**

Empresa não adotou essas normas e não espera que tenham impacto significativo na preparação destas demonstrações financeiras.

• **Alterações ao CPC 15 – Contratos de Seguro:** Aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. O foco é o modelo geral, complementado por uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A Empresa não espera que esta norma tenha impacto em suas Demonstrações Financeiras.

• **Alteração ao CPC 27 – Ativo Imobilizado:** O CPC emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. Esta alteração não trouxe impacto nas Demonstrações Financeiras da empresa. A Empresa está acompanhando de perto os futuros impactos.

• **Alteração ao CPC 15 – Combinação de Negócios:** Com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao CPC 15 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022 e não trouxe impacto nas Demonstrações Financeiras da empresa.

• **Alterações ao CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis - Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: O que significa um direito de postergar a liquidação; o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; Essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Empresa está acompanhando de perto os desenvolvimentos futuros.

• **Alterações ao CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis – Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Empresa está acompanhando de perto os desenvolvimentos futuros.

• **Alterações ao CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• **Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

• **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** O CPC emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022.

(i) CPC 48 – Instrumentos Financeiros: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

(ii) CPC 06 (R2) – Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

(iii) CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o CPC pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas CPC ou interpretações ICPC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e bancos	14.539	17.821	15.436	21.891
Aplicações financeiras (a)	132.230	87.692	142.227	92.498
	<b>146.769</b>	<b>105.513</b>	<b>157.663</b>	<b>114.389</b>

(a) As aplicações financeiras encontram-se classificadas como equivalentes de caixa e referem-se:

• Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez imediata, os quais foram realizados com bancos de primeira linha e são remunerados de acordo com taxas do CDI, variando entre 98% e 104%, podendo ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo de sua remuneração até a data do resgate;

**5. Contas a receber**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Duplicatas a receber - terceiros	757.160	519.624	851.864	590.538
Duplicatas a receber - partes relacionadas (Nota 9.1)	342	2.226	-	-
Recebíveis de cartões de créditos	9.968	6.284	10.647	7.376
Cheques a receber/Outros	93	289	93	289
	<b>767.563</b>	<b>528.422</b>	<b>862.604</b>	<b>598.202</b>

	(23.973)	(14.382)	(25.610)	(14.591)
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	<b>743.590</b>	<b>514.040</b>	<b>836.994</b>	<b>583.611</b>

Abaixo, segue o saldo de contas a receber por prazo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
A vencer	711.004	512.244	799.224	580.969
Vencidos	56.559	16.178	63.380	17.233
<b>Total a receber</b>	<b>767.563</b>	<b>528.422</b>	<b>862.604</b>	<b>598.202</b>
Até 30 dias	9.503	5.046	10.568	5.678
Entre 31 e 60 dias	1.975	962	2.223	1.001
Entre 61 e 180 dias	27.342	6.046	30.307	6.388
Mais de 181 dias	17.739	4.124	20.282	4.166
<b>Total vencidos</b>	<b>56.559</b>	<b>16.178</b>	<b>63.380</b>	<b>17.233</b>

**6. Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Mercadorias para revenda	461.142	334.522	583.254	398.633
Almoxarifado	799	136	1.102	182
	<b>461.941</b>	<b>334.658</b>	<b>584.356</b>	<b>398.815</b>

**7. Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Impostos Estaduais - ICMS (a)	24.742	20.931	29.295	24.643
Impostos Federais (b)	18.759	865	21.306	1.454
	<b>43.501</b>	<b>21.796</b>	<b>50.601</b>	<b>26.097</b>
Circulante	22.373	12.705	28.824	17.006
Não circulante	21.128	9.091	21.777	9.091
	<b>43.501</b>	<b>21.796</b>	<b>50.601</b>	<b>26.097</b>

(a) Os Impostos estaduais se referem a créditos acumulados conforme registro no livro apuração do ICMS devido aos benefícios fiscais do ICMS, constantes nos convênios nº 52/91 e 100/97. **Convênio 100/97:** Insumos agropecuários: possuem redução de base e isenção do imposto nas operações internas e nas operações interestaduais possuem reduções da base de cálculo, conforme as descrições dos produtos. **Convênio 52/91:** Máquinas e implementos agrícolas e máquinas e equipamentos industriais: Ambos possuem redução da base de cálculo, sendo reduzidas as bases nas operações internas de forma que a carga tributária efetiva chegue a 5,6% ou 8,8%, conforme descrições e NCMs dos produtos, e nas operações interestaduais de forma que a carga tributária efetiva chegue a 4,1%, 5,14%, 7% ou 8,8%, conforme o estado de origem e de destino e especificações dos produtos. No estado do Espírito Santo os produtos insumos agropecuários além do incentivo da isenção interna do ICMS possui também o benefício da manutenção do crédito, dessa forma não obriga o estorno dos créditos, obtidos nas aquisições interestaduais, quando ocorrerem operações interestaduais com alíquota inferior ao do crédito e nas saídas internas com isenção, motivo pelo qual a Companhia acumula saldo de crédito neste estado.

(b) Os impostos federais se referem a créditos de IRPJ e CSLL, saldo negativo de IRRF nas operações de retenções das aplicações financeiras no seu resgate e as retenções de imposto de renda nas operações de ganho de Swap, devido à base de cálculo negativa no exercício de IRPJ/CSLL do exercício de 2020.

**8. Outros ativos**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamentos a fornecedores (a)	12.308	78.294	12.832	78.758
Créditos de funcionários	1.523	640	1.753	786
Despesas antecipadas	184	123	228	139
Instrumento financeiro derivativo (b)	-	660	-	660
Avaliação a valor justos - Grão	369	142	369	142
Empréstimos compulsórios	151	142	151	142
Depósitos Judiciais (c)	7.465	5.886	7.581	5.901
Outros	14.471	81.871	16.080	82.494
	<b>22.097</b>	<b>87.899</b>	<b>23.812</b>	<b>89.539</b>
Circulante	14.471	81.871	16.080	82.494
Não circulante	7.616	6.028	7.732	6.044
	<b>22.097</b>	<b>87.899</b>	<b>23.812</b>	<b>89.539</b>

(a) Refere-se substancialmente a adiantamentos para aquisição futura de estoques, principalmente de fertilizantes e sementes, dentro do curso normal dos negócios, dado a sazonalidade da safra verão que ocorre nos últimos 3 meses do ano. A Administração prevê que os valores sejam realizados em menos de um ano.

(b) Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 e 2021, contratos de SWAP, com marcação a mercado, com o objetivo único de proteção a riscos na oscilação de moedas estrangeiras sobre empréstimos, com posição passiva cambial e ativa em CDI. Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade com o regime de competência. Os saldos estão registrados no balanço patrimonial conforme segue, idem nota 19.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo Circulante	10.958	9.048	10.958	9.048
Passivo Circulante	(11.155)	(8.388)	(11.155)	(8.388)
<b>Líquido</b>	<b>(197)</b>	<b>660</b>	<b>(197)</b>	<b>660</b>

Os depósitos judiciais estão representados substancialmente pelos valores referentes ao FEEF - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal no Estado do Rio de Janeiro, que em 04 de maio de 2020 através de decreto 47.057 alterou para o FOT - Fundo Orçamentário Temporário, que representa um total de R\$ 4.427 do montante até 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.470 em 31 de dezembro de 2021), instituído pela Lei 7.428/2016, com a

**11. Imobilizado**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.258</b>	<b>6.060</b>	<b>11.775</b>	<b>3.613</b>
Adições	1.071	2.880	4.899	2.454
Baixas	(60)	(51)	(10)	-
Depreciação/amortização	(550)	(800)	(965)	(759)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.719</b>	<b>8.089</b>	<b>15.699</b>	<b>5.308</b>
Adições	1.992	3.252	6.312	6.505
Baixas	(1)	(8)	(26)	(37)
Depreciação/amortização	(668)	(1.069)	(1.313)	(1.263)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.042</b>	<b>10.264</b>	<b>20.672</b>	<b>10.550</b>
<b>Custo</b>	<b>9.754</b>	<b>16.089</b>	<b>26.002</b>	<b>16.226</b>
(-) Depreciação acumulada	(3.712)	(5.825)	(5.330)	(5.676)
Valor residual	<b>6.042</b>	<b>10.264</b>	<b>20.672</b>	<b>10.550</b>

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>4.732</b>	<b>6.517</b>	<b>12.205</b>	<b>3.618</b>
Adições	1.355	3.690	5.189	2.454
Baixas	(61)	(484)	(16)	-
Depreciação/amortização	(587)	(853)	(996)	(764)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>5.429</b>	<b>8.870</b>	<b>16.382</b>	<b>5.309</b>
Adições (b)	2.212	3.796	7.017	6.505
Baixas	(2)	(13)	(27)	(37)
Depreciação/amortização	(688)	(1.166)	(1.385)	(1.263)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.889</b>	<b>11.489</b>	<b>21.987</b>	<b>10.550</b>
<b>Custo</b>	<b>10.835</b>	<b>17.832</b>	<b>27.482</b>	<b>16.574</b>
(-) Depreciação acumulada	(3.947)	(6.143)	(5.495)	(6.024)
Valor residual	<b>6.889</b>	<b>11.489</b>	<b>21.987</b>	<b>10.550</b>

(a) O direito de uso dos ativos dos arrendamentos está reconhecido pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Despesas administrativas").

(b) As adições ocorridas no exercício de 2022 devem-se aos gastos incorridos com a abertura das novas lojas.

**11.1. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

No exercício findo em 31 de dezembro 2022, a Empresa avaliou os impactos de negócio e mercado e não identificou nenhum evento que indicasse a necessidade de efetuar um teste para verificação do valor recuperável (impairment) do ativo, imobilizado.

**11.2. Bens oferecidos em garantia**

No exercício findo em 31 de dezembro 2022, não havia bens do ativo imobilizado oferecidos em garantia.

**12. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fornecedores (a)	682.648	649.937	805.472	749.085
	<b>682.648</b>	<b>649.937</b>	<b>805.472</b>	<b>749.085</b>

CASA DO ADUBO S.A. - CNPJ-MF 28.138.113/0001-77

	<b>5.929</b>	<b>8.749</b>	<b>6.467</b>	<b>10.965</b>
Circulante	4.257	7.608	4.788	9.818
Não circulante	1.672	1.141	1.679	1.147

a) No exercício de 2022, a Companhia reconheceu a Subvenção de ICMS referente os incentivos fiscais concedidos nos Estados através dos convênios 100/97 e 52/91 detalhado na nota 20 b.2), com respaldo na Lei Complementar 160/2017, que consideraram que os incentivos fiscais relativos ao ICMS como subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), no exercício de 2022 a Companhia apurou na controladora e no consolidado a subvenção de ICMS no total de R\$ 244.281 (R\$ 169.753 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 298.556 (R\$ 201.293 em 31 de dezembro de 2021) respectivamente. Toda movimentação ocorrida está detalhada na nota 22. A receita de subvenção de ICMS no exercício de 2022 não afetou a base de cálculo para apuração de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Companhia considerou como uma despesa não dedutível no cálculo do imposto de IRPJ e CSLL a recolher. Em que pese a Lei Complementar nº 160/17 tenha classificado os incentivos fiscais relativos ao ICMS como subvenções para investimento sem que sejam exigidos os requisitos estabelecidos pelo Parecer Normativo CST n. 112/1978 e assim excluindo-os na base de cálculo do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS - o que havia sido reconhecido pela Solução de Consulta COSIT n.º 11/2020 -, a Receita Federal alterou o seu posicionamento, conforme a Solução de Consulta COSIT n. 145/2020, de 15 de dezembro de 2020, para exigir que sejam observados os requisitos e as condições impostas pelo art. 30 da Lei 12.973/2014, dentre os quais "a necessidade de que tenham sido concedidos como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos". A Companhia, portanto, decidiu seguir o direcionamento dado pela Receita Federal a partir de então, de forma conservadora, para o ano de 2022. Contudo, o tema foi judicializado; há em curso ação declaratória com pedido de repetição de indébito n. 5002053-68.2021.4.02.5001, perante a 1ª Vara Federal Cível de Vitória/ES, que visa a obter tutela declaratória para não incluir os incentivos fiscais referentes aos Convênios ICMS nº 52/91 e 100/97 na base de cálculo do IRPJ, da CSLL, do PIS e da COFINS, em conformidade com o que foi decidido pelo C. STJ no julgamento do ERESP nº 1.517.492/PR, independentemente de serem classificados como subvenções e sem que sejam exigidos os requisitos do art. 30 da Lei nº 12.973/2014, além de condenar a União a restituir o montante pago à maior.

16. Salários e encargos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Encargos sociais	1.876	1.542	2.303	1.913
Provisão e encargos de férias	6.350	5.218	7.781	6.399
Salários a pagar	3.388	2.690	4.133	3.326
Outros	15	14	15	15
	<b>11.629</b>	<b>9.464</b>	<b>14.232</b>	<b>11.653</b>

17. Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Adiantamento de Clientes (a)	26.632	16.805	28.868	18.237
Cartão de Crédito a pagar	233	290	247	394
Seguros a pagar	5	92	8	92
Outros	4.575	2.320	6.434	2.682
	<b>31.445</b>	<b>19.507</b>	<b>35.557</b>	<b>21.405</b>
Circulante	31.445	19.507	35.557	21.405

(a) Valores referente a recebimentos de pedidos antecipados, visando garantir o preço e o produto.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia é de R\$ 25.781 dividido em 25.780.588 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e já integralizadas em moeda corrente nacional, e assim distribuídas entre os Acionistas:

	Participação %	Quantidade de ações		R\$	
		2022	2021	2022	2021
Estevão Participações Ltda.	48,29%	12.449.446	2.897.136	12.449	2.897
SELFOS Participações S.A.	46,39%	11.959.615	2.783.523	11.960	2.784
Nutrien Soluções Agrícolas Ltda.	5,32%	1.371.527	-	1.372	-
	<b>100%</b>	<b>25.780.588</b>	<b>5.680.659</b>	<b>25.781</b>	<b>5.681</b>

b) Reservas de lucro

b.1) Reservas Legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido de o montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social.

b) Reservas de lucro

b.2) Reservas de incentivos fiscais

Conforme embaçamento legal da nota explicativa nº 17, os incentivos fiscais concedidos pelos Estados por meio dos convênios 100/97 e 52/91 foram considerados subvenções para investimentos no exercício de 2020, com efeito no cálculo de imposto de renda e contribuição social o referido exercício acima.

Conforme previsto pelo artigo 30 da Lei 12.973/14, a reserva de incentivos fiscal, poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal, ou para aumento de capital. Dentro da mesma previsão legal, a reserva de incentivos fiscais, não compõe a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submetê-la à tributação, em caso de distribuição.

A Companhia apurou o montante de receita de subvenção:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receita de Subvenção	244.281	169.753	298.556	201.293
	<b>244.281</b>	<b>169.753</b>	<b>298.556</b>	<b>201.293</b>

b.3) Reserva de lucros

Em Assembleia Geral Extraordinária em 22 de dezembro de 2020, foi aprovado a distribuição de juros sobre capital próprio aos acionistas no valor de R\$4.848 relativos ao exercício de 2020, pagos no ano calendário 2021. Em 29 de abril de 2022, através de Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado a distribuição dos dividendos referente aos 25% do lucro do exercício de 2021 no valor de R\$ 29.138.

c) Reserva de capital

A reserva de capital no valor de R\$107.814 referente a ágio na subscrição ocorrida no exercício de 2018 e 2020, tendo em 2022 a baixa do plano de opção de compra de ações emitidas em 2021, exercidas em 2022, conforme nota 21.

19. Plano de opção de compra de ações

Plano para a alta Administração

Em 30 de julho de 2021 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o plano para a Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia para os Administradores e Executivos elegíveis. O plano de remuneração baseado em ações, com adesão voluntária, denominados de Incentivos de Longo Prazo, foi oferecido aos seus principais Executivos.

Em 30 de julho de 2021 foi discutido e deliberado pelo Conselho de Administração a eleição dos Beneficiários. Também nesta data, definiu-se que as outorgas de opções de compra de ações estão sob a vigência do Plano de Opção de Compra de Ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia. O plano constitui negócio oneroso de natureza exclusivamente civil e não cria qualquer obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária entre a Companhia ou suas Controladas com os participantes, visto que os mesmos estão adquirindo as opções por meio do pagamento do seu valor justo para a Companhia, bem como também terão o dispêndio para o exercício das mesmas.

Características e composição

Os Executivos possuem prazo determinado para aderir ao plano, a um cálculo de preço pré-determinado nos contratos.

O plano contempla o direito de compra da totalidade de 319.195 ações, em que a data de outorga das opções ocorreu em 31 de maio de 2021, sendo que o prazo máximo para o exercício do direito de compra se encerra em 25 de julho de 2024.

O beneficiário poderá adquirir 100% das ações preferenciais disponibilizadas a partir de cada uma das datas de maturação (vesting), podendo exercer o direito de compra em até 8 anos da data de outorga do Plano. As opções que não forem exercidas dentro do prazo de vigência do Plano, serão consideradas automaticamente extintas.

As opções foram outorgadas de duas formas distintas (i) na primeira poderão ser exercidas na proporção de 12,5% das ações preferenciais, a partir da primeira data de maturação, mais 25% um ano após a primeira maturação, mais 25% na terceira data de maturação, 25% na penúltima data e o restante 12,5% na data da última maturação. (ii) na segunda forma de outorga as opções poderão ser exercidas na proporção de 50% das ações após a primeira maturação e o restante 50% em 25 de julho de 2024. Cada outorga poderá ter datas de maturação distintas, geralmente ocorrendo dentro de intervalos fixos de um ano. As opções do Plano outorgadas em 31 de maio de 2021, com as respectivas quantidades, prazo de carência, preço de exercício e preço de aquisição na data da outorga estão demonstrados conforme segue:

Companhia	Plano	Data da outorga	Data de vesting	Preço de exercício	Valor justo em 31/05/2021	Quantidade em 31/12/2021	Quantidade em 31/12/2021
Casa do Adubo	1	Mai/21 a Ago/2021	Jul/21 a Jul/24	0,044	521	72	72
Casa do Adubo	2	Mai/21 a Ago/2021	Jul/21 a Jul/24	0,053	148	247	247
					<b>669</b>	<b>319</b>	<b>319</b>

A adesão ao Plano requer o pagamento do preço de aquisição de cada participante de acordo com a quantidade de opções. As opções foram adquiridas pelos participantes em sua totalidade em 31 de agosto de 2021, pelo valor total de R\$670, reconhecido como reserva de capital no patrimônio líquido. Quando do exercício da opção do Executivo a primeira forma de outorga pagará o valor de R\$0,044, atualizados monetariamente pela variação do IPCA. Quando do exercício da opção do executivo a segunda forma de outorga pagará R\$ 0,056, atualizados monetariamente por uma taxa de 14% ao ano, desde a data da outorga até a data da efetiva subscrição ou aquisição.

O valor justo das opções outorgadas foi calculado na data da respectiva outorga com base no modelo Monte Carlo. Para determinação do valor justo, foram utilizadas as premissas a seguir

- (a) A volatilidade, foi utilizado o valor corresponde a 32,84%, equivalente à volatilidade dos preços das ações das principais Companhias listadas comparáveis à Companhia, sendo elas Companhias do setor de varejo;
- (b) Taxa de juros livre de risco: Companhia utilizou curva da taxa DI x pré mais recente disponível (31 de maio de 2021) na data da outorga de acordo com a carência da opção;
- (c) Dividendo esperado: corresponde 1,82% a.a.
- (d) Prazo do direito de aquisição: O exercício da opção vai ocorrer em até oito anos da data da outorga do plano.

Em 31 de dezembro de 2021 foi reconhecido todo impacto de R\$ 670 para refletir o valor justo do plano de opção das ações, visto que o preço de aquisição dos beneficiários foi o valor justo calculado dos respectivos planos.

Após a compra da Companhia, pelo Grupo Nutrien, o plano de opção de compras de ação foi extinto.

20. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Vendas brutas de mercadorias e serviços	1.876.025	1.231.694	2.183.455	1.441.582
(-) Devoluções e cancelamentos	(48.734)	(26.454)	(53.540)	(29.530)
(-) Impostos sobre vendas	(267.390)	(183.057)	(323.576)	(217.024)
(+) Receita de Subvenção (a)	244.281	169.753	298.556	201.293
	<b>1.804.182</b>	<b>1.191.936</b>	<b>2.104.895</b>	<b>1.396.321</b>

(a) Demonstramos abaixo a movimentação de subvenção governamental:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Em 1º de Janeiro de 2022	(12.131)	(4.723)	(15.717)	(5.921)
Receita de Subvenção	244.281	169.753	298.556	201.293
Despesas de ICMS	(260.019)	(177.161)	(316.095)	(211.089)
Em 31 de dezembro de 2022	<b>(27.869)</b>	<b>(12.131)</b>	<b>(33.256)</b>	<b>(15.717)</b>

21. Custo das mercadorias vendidas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo das mercadorias vendidas	1.434.627	905.839	1.662.666	1.061.835
Fretes sobre compras	18.593	11.454	18.872	11.669
	<b>1.453.220</b>	<b>917.293</b>	<b>1.681.538</b>	<b>1.073.504</b>

22. Despesas por natureza

22.1. Vendas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal	83.137	50.523	96.602	57.287
Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	28.380	5.333	29.917	5.461
Transportes	20.065	12.509	28.004	17.129
Marketing	13.394	6.595	16.040	8.701
Viagens e Representações	24.630	17.342	28.054	19.063
Depreciação e amortização	2.723	1.956	2.868	2.045
Despesas com cobrança	3.240	-	3.422	-
Outras despesas com vendas	11.870	9.582	14.736	10.075
	<b>187.439</b>	<b>103.840</b>	<b>219.643</b>	<b>119.761</b>

22. Despesas por natureza - Continuação

22.2. Administrativa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Salários, ordenados e encargos	27.805	20.641	38.289	27.656
Depreciação e amortização	8.129	4.005	8.877	4.437
Aluguel, Telefone e Energia	2.345	2.146	2.401	2.217
Alimentação - Refeitório	1.922	1.734	2.436	2.076
Processamento de dados	5.472	4.004	5.634	4.073
Impostos e Taxas	1.065	603	1.253	690
Serviços Prestados PJ (a)	33.039	2.542	33.117	2.625
Manutenção e Reparos	2.649	2.033	2.990	2.233
Outras despesas administrativas	6.417	4.958	7.503	5.413
	<b>88.843</b>	<b>42.666</b>	<b>102.500</b>	<b>51.420</b>

(a) No ano de 2022 tivemos a contratação do Itaú BBA S.A na execução dos serviços do processo de M&A no valor total de R\$ 28.777.

23. Outras receitas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bonificações de mercadorias	8.059	3.582	9.129	4.118
Receita de alienações de bens e direitos	98	109	124	114
Outras receitas	2.586	1.805	2.896	2.533
	<b>10.753</b>	<b>5.496</b>	<b>12.149</b>	<b>6.765</b>

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	33.711	12.143	39.084	13.852
Juros Ativos	6.222	3.061	6.527	3.188
Ganhos operações swap	2.193	2.295	2.193	2.295
Rendimentos de aplicações financeiras	8.024	2.225	8.029	2.231
Varição Monetária Ativa	18.802	2.374	18.802	2.375
	<b>68.952</b>	<b>22.098</b>	<b>74.635</b>	<b>23.941</b>
Despesas financeiras				
Descontos concedidos	(7.090)	(2.747)	(8.385)	(3.363)
Juros Passivos	(18.465)	(1.342)	(26.231)	(3.105)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(3.363)	(3.233)	(3.482)	(3.627)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(59.350)	(12.062)	(60.180)	(12.062)
Perdas operações swap	(6.064)	(175)	(6.064)	(175)
Varição Monetária Passiva	(2.851)	(4.762)	(2.851)	(4.762)
Outras despesas financeiras	(1.882)	(1.357)	(1.905)	(1.395)
	<b>(99.065)</b>	<b>(25.678)</b>	<b>(109.098)</b>	<b>(28.489)</b>

25. Imposto de renda e contribuição social

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a renda e da Contribuição Social

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto sobre a renda e da contribuição social	<b>72.462</b>	<b>147.713</b>	<b>78.900</b>	<b>153.853</b>
Imposto sobre a renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(24.637)	(50.222)	(26.825)	(52.310)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Equivalência patrimonial	5.828	6.005	-	-
Compensação PF/ BN - 30% sem diferido em período anterior	7.807	13.500	9.108	16.142
Diferido não contabilizado	466	-	466	-
Ajuste de anos anteriores diferido	4.332	-	4.427	-
Crédito - PAT e Doações	908	-	1.268	-
Outros	173	(265)	(5)	(954)
	<b>(5.123)</b>	<b>(30.982)</b>	<b>(11.561)</b>	<b>(37.122)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(17.310)	(30.982)	(24.397)	(37.122)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12.187	-	12.836	-
Taxa efetiva	<b>7,07%</b>	<b>20,97%</b>	<b>14,65%</b>	<b>24,13%</b>

Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e valores no resultado está demonstrada a seguir:

(c) Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

2436 CASA DO ADUBO- BALANCO.pdf

Código do documento: 2436



Assinado por:



NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130  
Certificado Digital  
E-mail: publicidade@grupotribunaonline.com.br

Registro de Eventos:

27 abr 2024, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 2436

**Criado por:** Mariana Melim **Email:** artemariana@redetribuna.com.br

**DATE\_ATOM:** 2024-04-27T02:07:50-03:00

27 abr 2024, 02:07:50 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2024-04-27T02:07:50-03:00

27 abr 2024, 02:07:50 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL

NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO JUD:27065150000130

**E-Mail:** publicidade@grupotribunaonline.com.br

**Emissor do Certificado:** CN=NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA EM RECUPERACAO  
JUD:27065150000130, OU=videoconferencia, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do  
Brasil - RFB, OU=47317285000152, L=VITORIA, S=ES, O=ICP-Brasil, C=BR

**DATE\_ATOM:** 2024-04-27T02:07:50-03:00

Hash do documento original:

[SHA256]: 0c56b9adb89f9177fabdda1bdddc25a2cae4fa07f7c549d40a57d938d351c22c

[SHA512]: 457f1b0415fd5f2342f7f660c4bc32cacaf41df09e69215504ec7cf87fe3ca7bb62ebc0508094e25b8eafad467c4418f8fa3de0426af7cacb2f776918e6c0Eb4

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC CONSULTI BRASIL RFB